

Em resposta a peça impugnatória ao Edital nº 13/2023, no qual a empresa **BD APOIO EMPRESARIAL LTDA**, menciona que o edital apresenta vícios, excessiva exigência de laudos e certificados, por entender que tais solicitações restringem a competitividade e impede a melhor concorrência. Seguem as considerações da equipe de planejamento da contratação:

Considerando inicialmente, cumpre esclarecer que as decisões tomadas na persecução do presente processo licitatório estão em perfeita consonância com os dispositivos legais pertinentes à licitação existente no ordenamento jurídico brasileiro, tendo sido observados os princípios concernentes à atuação da Administração Pública, quais sejam: os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, sustentabilidade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, dentre outros.

Considerando da impugnação que trata o ***“Questionamento 1 – Quais dos itens presentes no lote 1 possuem REGULAGENS EM UM OU MAIS DE SEUS ELEMENTOS QUE PERMITAM ADAPTÁ-LO ÀS CARACTERÍSTICAS ANTROPOMÉTRICAS, de modo que possa ser comprovada a conformidade ao item 17.6.1 da NR-17?”*** esclarecemos o seguinte:

Como bem citado pelo impugnante sobre a discricionariedade da administração, gostaríamos de relembrar que discricionariedade é a liberdade de ação administrativa, dentro dos limites permitidos em lei, ou seja, a lei deixa margem de liberdade de decisão diante do caso concreto, de tal modo que a autoridade poderá optar por uma dentre várias soluções possíveis, todas, porém, válidas perante o direito.

É, portanto, um poder que o direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos, com a liberdade na escolha segundo os critérios de conveniência, oportunidade e justiça, próprios da autoridade, observando sempre os limites estabelecidos em lei.

Quanto à exigência do laudo/parecer ergonômico emitido por profissional especializado, **tem o foco nas diretrizes traçadas pela Norma**

Regulamentadora nº 17 (NR – 17) editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

A solicitação do Laudo Ergonômico em conformidade com requisitos da NR-17, Portaria 423 de 7 de outubro de 2021, em pregões para aquisição de mobiliário é necessária para garantir que os produtos adquiridos atendam aos padrões ergonômicos estabelecidos. Esse laudo, emitido por profissionais qualificados, assegura que o mobiliário proporcionará condições de trabalho seguras e confortáveis, promovendo a saúde e bem-estar dos usuários, além de estar em conformidade com normas regulamentadoras específicas. Isso contribui para a prevenção de problemas de saúde relacionados ao trabalho, aumentando a eficiência e a qualidade do ambiente laboral.

Móveis corporativos, como armários e mesas, necessitam do Laudo Ergonômico, especialmente se forem utilizados em ambientes de trabalho. O Laudo Ergonômico é voltado para garantir condições de trabalho adequadas, considerando aspectos como altura, design, conforto e segurança do mobiliário em relação às atividades realizadas pelos usuários. Ao solicitar esse laudo na aquisição de móveis corporativos, buscamos assegurar que os produtos adquiridos atendam aos padrões ergonômicos, contribuindo para o bem-estar dos colaboradores e prevenindo problemas de saúde relacionados ao trabalho. Isso é especialmente relevante quando se trata de ambientes onde os funcionários passam longas horas realizando suas atividades.

Cabe demonstrar que o próprio **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO** faz essa exigência em seus editais:

6.1.2. Relatórios de Ensaio de Conformidade emitidos emitido em nome do fabricante ou do proponente, pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT ou por outro laboratório credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO ou, ainda, Laudo Técnico ou Certificado de Conformidade emitido por entidade ou profissional habilitado pela Associação Brasileira de Ergonomia – ABERGO, ou equivalente, garantindo que os itens ofertados proporcionam segurança e conforto ao usuário,

observando as normas relativas a ergonomia, estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, em especial a Norma Regulamentadora NR-17, conforme detalhamento constante do ANEXO I deste TR. (PREGÃO 44/2022/PGT/MPT) grifo nosso

Considerando da impugnação que trata os seguintes questionamentos:

“Questionamento 2 – Qual a justificativa técnica para a exigência de laudo de ensaio em conformidade a norma TIA 596?

Questionamento 3 – Após a leitura do escopo da referida norma técnica, qual a conotação de sua aplicação para mesas, armários e gaveteiros?

Questionamento 4 – Qual a justificativa legal para utilização de uma norma elaborada pela Associação americana das indústrias de telecomunicação, em detrimento das normas técnicas da ABNT que versam sobre o assunto ou de normas IEC, consideradas normas internacionais pela Lei 13.874/2019.”

Cabe destacar que esse laudo é reforça a necessidade de separação física entre cabeamentos lógico (telecomunicação) e elétrico, onde deve haver isolamento eletromagnético em eletrocalhas, eletrodutos, caixas de tomadas e calhas internas de pés de mesa, divisórias, e estações de trabalho, separando os circuitos de alimentação (110/220v) e cabos de comunicação (internet).

Contudo, a exigência referente ao laudo de ensaio em conformidade com a norma TIA-596, presente no edital de licitação para a compra de móveis corporativos, foi **reconsiderada e será excluída do escopo do processo licitatório**. A decisão de retirar essa exigência foi tomada com base nas seguintes considerações:

- Inaplicabilidade da Norma: A norma TIA-596 é especificamente direcionada para sistemas de cabeamento estruturado em telecomunicações, não sendo pertinente para avaliação de móveis corporativos, como mesas, armários e gaveteiros.

- Foco em Normas Relevantes: Para garantir a qualidade, segurança e ergonomia dos móveis corporativos, estamos atentos às normas e regulamentações específicas relacionadas ao mobiliário e ergonomia, adequadas ao escopo deste processo licitatório.
- Simplificação e Clareza: A exclusão dessa exigência visa simplificar o processo licitatório, eliminando requisitos desnecessários e assegurando maior clareza e compreensão por parte dos licitantes.

Considerando da impugnação que trata o ***“Questionamento 5 – O licitante precisa apresentar Certificado de Conformidade ou Laudo de Ensaio?”*** retificamos:

Onde se lê: “Certificado de conformidade referente a NBR 13962:2018, emitido por laboratório acreditado pelo CGCRE/INMETRO”, leia-se: “Certificado de conformidade referente a NBR 13962:2018, emitido por Organismo de Certificação de Produtos devidamente acreditado pelo CGCRE/INMETRO.”

Considerando da impugnação que trata os seguintes questionamentos:

“Questionamento 6 – Qual o preceito legal que autoriza a exigência de certificação de sistema de gestão ambiental (NBR ISO 14001) para aquisição de mobiliário, contrariando farta jurisprudência do TCU?”

Questionamento 7 – Qual a base legal para a exigência de laudos de ensaio?”

A exigência de certificação de sistema de gestão ambiental, como a NBR ISO 14001, para aquisição de mobiliário está embasada em princípios legais relacionados à sustentabilidade, meio ambiente e responsabilidade social. No contexto brasileiro, a legislação ambiental e as normativas relacionadas à gestão pública servem como referências para essa exigência.

Alguns preceitos legais que fundamentam a exigência dessa certificação para aquisição de mobiliário incluem:

- **Lei Federal nº 12.305/2010** - Política Nacional de Resíduos Sólidos: Essa lei estabelece a gestão integrada de resíduos sólidos, promovendo a redução, reutilização, reciclagem e tratamento adequado. A certificação ISO 14001 é considerada como uma medida que favorece a conformidade com princípios dessa legislação.
- **Lei Federal nº 9.795/1999** - Política Nacional de Educação Ambiental: Essa lei trata da educação ambiental, mas a certificação ISO 14001 pode ser vista como um instrumento que demonstra o compromisso de uma organização com práticas ambientalmente responsáveis.
- **Lei nº 14.133/2021** – A Nova Lei de Licitações e Contratos: Inicialmente traz no artigo quinto, vários princípios dentre eles, princípio da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e, posteriormente no artigo 42, inciso III, admite a possibilidade de que a qualidade e a conformidade do produto ou do processo de fabricação aos requisitos e padrões ambientais possam ser aferidas por certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento equivalente.

Além disso, o Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, estabelece, nos requisitos “Da documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional”, a prova de que a empresa atenda às exigências fixadas em lei especial, quando for o caso. Baseando-se neste dispositivo, muitos Órgãos da Administração Pública preveem em seus editais de licitação a necessidade de os licitantes apresentarem documentação atreladas a preservação ambiental e gestão de qualidade.

Ora, é sabido, por exemplo, que várias atividades empresariais necessitam de autorização prévia de órgãos ambientais competentes para seu funcionamento regular, e tal permissão visa preservar o meio ambiente e, conseqüentemente, a coletividade como um todo, em consonância com objetivo da Lei de Licitações, no sentido de promover o desenvolvimento nacional sustentável.

Sabemos que a indústria moveleira, da qual produz o material objeto da presente licitação, manuseia produtos nocivos à saúde como tintas, metais pesados, entre

outros, de modo que há necessidade de controle e descarte ecológico correto do material e, para isto, as empresas são fiscalizadas e auditadas para tanto. Vejamos que aqui não falamos de ilegalidade, na medida em que a própria Lei de Licitações autoriza a exigência de comprovações fixadas em legislação especial.

Ademais, o ramo moveleiro tem responsabilidade direta ao meio ambiente, uma vez que 90% de toda matéria-prima utilizada é composta por polímeros, que são extremamente prejudiciais ao meio ambiente, quando descartados de maneira incorreta. Podemos citar, por exemplo, a madeira que se extraída de maneira incorreta/clandestina, pode causar sérios danos ao meio ambiente, além de incorrer em ilegalidade, caracterizando-se em crimes ambientais, assim como o descarte irregular de resíduos.

Assim sendo, tais solicitações de certificações e laudos visam selecionar somente empresas notadamente do ramo e que atendam minimamente a prática e preservação ambiental e demais normas correlatas. Por isso, a solução mais razoável é conciliar a preservação do meio ambiente com o caráter competitivo dos certames. Obviamente que só se deve exigir a documentação ambiental quando compatível com o objeto licitatório e com a legislação reguladora, como é o caso do presente pleito.

Essa, inclusive, é a posição adotada pelo Tribunal de Contas da União, do qual, mesmo possuindo interpretação restritiva aos requisitos de habilitação, a Corte de Contas já se manifestou, em caso concreto, pela possibilidade, por exemplo, da licença ambiental de operação, senão vejamos:

“Diante da legislação ambiental, em especial a que disciplina o correto manejo florestal, e considerando que a comprovação da procedência legal da madeira é condição necessária para sua comercialização, a exigência de atestado de certificação ambiental quanto à madeira utilizada não compromete, em princípio, a competitividade das licitações públicas.”

Em outra oportunidade, a egrégia Corte de Contas deliberou que:

A exigência de regularidade ambiental como critério de qualificação técnica é legal, desde que não represente discriminação injustificada entre os licitantes, uma vez que objetiva garantir o cumprimento da obrigação contratual e é essencial para que o objeto da licitação seja executado sem o comprometimento do meio ambiente.

Vale informar também que o Ministro do Supremo Tribunal Federal (Gilmar Mendes) negou seguimento de recurso que questionava acórdão, conforme segue:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA. DECISÃO DE INABILITAÇÃO EM PREGÃO. EXIGÊNCIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL. DECRETO Nº 44.122/05. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. No exercício de sua competência regulamentar, o Poder Executivo poderá exigir a apresentação de licenciamento ambiental para habilitação de empresa em licitação para aquisição de bens móveis, já que se afigura exigência de qualificação técnica que não implica discriminação injustificada entre os concorrentes, assegura a igualdade de condições entre eles e retrata o cumprimento do dever constitucional de preservação do meio ambiente. A Administração Pública, além de observar a igualdade de condições a todos os concorrentes, também atenderá aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo (art. 3º, Lei nº 8.666/93). A aplicação da pena por litigância de má-fé deve ser dada apenas nos casos de indubitosa prática de dolo processual. Recursos conhecidos, mas não providos” (fl. 339).

Assim sendo, de acordo com o Min. Gilmar Mendes, o acórdão recorrido guarda consonância com a jurisprudência do STF, na medida em que exigências de qualificação técnica e econômica podem ser estipuladas, desde que indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Diante disso, com fulcro nas decisões precedentes, pode-se afirmar que o instrumento convocatório poderá exigir licença ambiental operacional (ou correlatos), assim como comprovações do sistema de qualidade, quando este documento for imprescindível para o funcionamento da atividade da empresa ou que comprove a qualidade e segurança dos produtos, partindo, inclusive, de sua

cadeia de produção, desde que exista previsão em lei especial e haja compatibilidade com o objeto do certame, como no presente caso e serão solicitadas a empresa classificada em primeiro lugar.

Tal exigência não gerará custos adicionais às empresas, na medida em que se entende que referidos documentos são básicos ao seguimento moveleiro, de modo que as empresas regularmente estabelecidas já devem estar adequadas a tais normas e não providenciarão especificamente para o pleito em questão. Acórdãos do Tribunal de Contas da União, indicam o momento pelo qual poderá ser exigida a apresentação de tais documentos, vejamos:

“A jurisprudência deste Tribunal admite a exigência de laudos para comprovação da qualidade do objeto licitado, desde que haja previsão no instrumento convocatório, que sejam exigidos apenas na fase de julgamento das propostas, e somente do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar. [...]

...quando necessária a apresentação de laudos técnicos para assegurar a qualidade do objeto licitado, limite-se a exigi-los na etapa de julgamento das propostas, e apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, (Acórdão 1677/2014-Plenário).

Desta feita, a necessidade de apresentação de referidas comprovações, sejam Certificados de Conformidades e/ou Relatórios de Ensaio, tem por objetivo assegurar a qualidade e segurança dos produtos que serão utilizados pelos servidores e discentes, tendo em vista que mobiliários de baixa qualidade e que não sejam fabricados no rigor das normas regulares atinentes ao respectivo seguimento, podem trazer danos ao meio ambiente, assim como à Administração Pública, por adquirir eventualmente materiais que não comprovem guardar minimamente a qualidade almejada. Sabemos também que, mobiliários de baixa qualidade reclamam manutenções prematuras, obrigando a Administração a adquirir novos produtos em um curto espaço de tempo.

Ora, a licitação é o instrumento de seleção que a Administração Pública se utiliza para obter a proposta mais vantajosa aos seus interesses, sendo certo que o sentido de “vantajosa” não é sinônimo de mais econômica financeiramente, já

que a licitação busca encontrar/selecionar a proposta que apresente as melhores condições para atender ao interesse coletivo, tendo em vista todas as circunstâncias previsíveis (preço, qualidade, capacidade técnica, entre outros).

É imprescindível que a Administração adquira produtos que ofereçam as melhores condições relacionadas a qualidade e segurança, assim como garanta condições mínimas adequadas à utilização dos servidores e demais usuários, proporcionando conforto e segurança necessários a prestação adequada dos serviços à população. É através dessa comprovação que a Administração terá a certeza de que os produtos licitados passaram por processos que atestaram a qualidade e, baseado nessa necessidade, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União assim explicita:

“E essa avaliação, segundo o relator, fora efetuada, tendo o gestor adotado precauções que, em princípio, estariam a resguardar a Administração, uma vez que foi exigido, no termo de referência anexo ao edital do pregão eletrônico, que as empresas licitantes comprovassem a qualidade dos cartuchos ofertados mediante a apresentação de laudos técnicos, “emitidos por laboratório/entidade/instituto especializado, de reconhecida idoneidade e competência, pertencente a órgão da Administração Pública ou por ele credenciado, com acreditação do INMETRO, vinculado à Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio (RBLE), com escopo de acreditação na norma ABNT/NBR/ISO/IEC17025”. Na sequência, ressaltou o relator a providência adotada pelos gestores da URA/RS, quanto a avaliações e ensaios diversos que deveriam constar dos referidos laudos, dentre eles “ensaio comparativo, utilizando como parâmetro os valores publicados pelo fabricante da impressora, comprovando a situação da similaridade do produto com relação ao original em termos de bom funcionamento, qualidade, desempenho, consumo de toner e rendimento, (...)”, “ensaio para verificação de densidade óptica dos cartuchos” e “avaliação atestando a qualidade das condições de apresentação e acabamento dos cartuchos, não podendo apresentar vazamentos, trincas ou defeitos que comprometam a segurança em sua utilização”. Assim, no ponto de vista do relator, “não se pode questionar, portanto, a opção efetuada pela URA/RS, uma vez que atendeu aos requisitos legais e foi devidamente motivada”. Acórdão n.º 1008/2011 - Plenário, TC-007.965/2008-1, rel. Min. Ubiratan Aguiar, 20.04.2011.”

Considerando da impugnação que trata o “**Questionamento 8 - Qual a justificativa técnica para exigir que a massa de fosfato seja de 0,5 g/m², quando a norma técnica da ABNT determina que pode ser todo o intervalo informado acima?**” esclarecemos:

Conforme estabelecido na norma técnica ABNT NBR 9209 - Preparação de superfícies para pintura - Processo de fosfatização – Procedimento, a massa da camada de fosfato pode variar dentro de determinados intervalos, sendo de 0,4 g/m² a 1,0 g/m² para fosfato de ferro.

A exigência específica contida no edital, que requer uma massa de fosfato igual ou superior a 0,5 g/m², foi estabelecida considerando as seguintes justificativas técnicas:

- **Desempenho Esperado:** A aplicação de uma camada de fosfato com massa superior a 0,5 g/m² é considerada mais propícia para atender aos requisitos específicos de desempenho esperados no ambiente ou condições de uso previstos para os itens a serem adquiridos.
- **Durabilidade e Resistência:** Uma massa de fosfato maior pode proporcionar uma maior durabilidade e resistência à corrosão, o que é crucial para garantir a integridade e vida útil dos itens em questão, especialmente em ambientes mais desafiadores.
- **Requisitos do Projeto:** A exigência está alinhada com os requisitos do projeto específico para o qual os itens serão utilizados, garantindo a conformidade com padrões mais rigorosos de qualidade e desempenho.

Essa exigência visa assegurar que os itens adquiridos atendam aos critérios de qualidade e desempenho necessários para a aplicação específica, considerando as particularidades do projeto ou uso pretendido.

Considerando da impugnação que trata o ***“Questionamento 9 – Frente ao que foi evidenciado acima, na análise da norma técnica ABNT NBR 13961 e ISO 12944-2, qual a justificativa técnica para exigência de um ensaio 1.000% mais prolongado que aquele definido pelos membros da Comissão de Estudo da ABNT?”*** retificamos:

Onde se lê: “Laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, atestando que os produtos resistem a no mínimo 2400 hs, à corrosão por exposição a atmosfera úmida saturada, de acordo com a NBR 8095/2015...”, leia-se: “Laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, atestando que os produtos resistem a no mínimo 1500h, à corrosão por exposição a atmosfera úmida saturada, de acordo com a NBR 8095/2015...”.

A equipe de planejamento entendeu razoável ajustar para 1500h, fundamentada em critérios técnicos e de qualidade, visando assegurar a durabilidade e desempenho do produto. Adicionalmente, consideramos que um período mais prolongado de teste reforça a confiabilidade e a qualidade do produto.

Considerando da impugnação que trata os questionamentos:

“Questionamento 10 – Qual a justificativa técnica para exigência de uma camada de tinta com espessura de 700 µm, valor esse 1.750% superior ao determinado na norma técnica ABNT NBR 14006 e na Portaria do Inmetro?”

Questionamento 11 – Qual a justificativa técnica para exigência de ensaios de corrosão de, no mínimo, 1400 horas, 460% acima do exigido na norma técnica ABNT NBR 14006 e na Portaria do Inmetro?”

Há de se observar que os laudos solicitados não estão sendo exigidos para todos os itens do lote. Os itens que possuem normativa para certificação, solicita-se a apresentação apenas da certificação, assim as carteiras com superfície de trabalho acopladas e o conjunto aluno mesa e cadeira uso individual. A Norma 14006 é direcionada para “conjunto aluno mesa e cadeira”, não competindo aos demais itens que a norma não abrange, não tendo então que usar como parâmetro a Norma que destinada apenas para um tipo de produto.

Assim para os itens que possuem certificação, está sendo exigida apenas o certificado, não tendo a necessidade de apresentar os laudos. Entende-se que uma vez certificado tem-se a garantia resguardada.

Para os demais itens para os quais não existe normativa de certificação, são solicitados os laudos que possam dar uma garantia do material empregado em sua fabricação, visto que as causas de danificação das peças quanto à corrosão e pintura, por exemplo, são defeitos causados no início da fabricação, não sendo possível verificar na entrega se o produto possui uma resistência ou não.

No mais, como o presente órgão não tem capacidade de realizar ensaios, logo a apresentação de laudos traz uma garantia de que o fornecedor possui capacidade de fornecer produtos que não irão apresentar problemas, causando transtornos, como já ocorrido em requisições anteriores, levando a efetuar a troca do material.

Além disso, justifica-se a exigência de camada de tinta com espessura de 700 µm tendo em vista:

- Condições Ambientais Rigorosas: A aplicação dos itens ocorrerá em ambientes onde são previstas condições ambientais particularmente agressivas, como exposição a agentes corrosivos, variações extremas de temperatura ou outros fatores adversos. A camada de tinta mais espessa visa proporcionar uma proteção adicional, garantindo resistência duradoura à corrosão.
- Requisitos Específicos do Projeto: Os requisitos do projeto demandam uma vida útil estendida e uma resistência excepcional à corrosão. A espessura da camada de tinta foi especificada de acordo com esses requisitos específicos, visando atender a critérios de durabilidade superiores.
- Garantia de Desempenho a Longo Prazo: A camada de tinta mais espessa é uma medida preventiva para garantir a durabilidade do revestimento, minimizando a probabilidade de corrosão prematura e contribuindo para uma vida útil mais longa dos itens.

Quanto à exigência de ensaios de corrosão de, no Mínimo, 1400h, reiteramos:

- Ambientes Corrosivos: Os itens estarão sujeitos a ambientes corrosivos, com intensa utilização. O ensaio prolongado de corrosão visa simular condições desafiadoras e garantir que os itens mantenham um desempenho adequado em situações críticas.
- Necessidade de Conformidade com Padrões Internacionais: A exigência de um ensaio mais prolongado está alinhada a padrões internacionais de desempenho e durabilidade, refletindo a busca pela conformidade global em relação à resistência à corrosão.
- Requisitos de Durabilidade do Projeto: Os requisitos específicos do projeto demandam um nível excepcional de durabilidade e resistência à corrosão. O ensaio prolongado é uma medida para garantir que os itens atendam a esses requisitos e forneçam um desempenho consistente ao longo do tempo.

Desta forma, mantemos a necessidade de apresentação de relatórios com mínimo de 1.400 horas de ensaios e 700 micras de espessura, uma vez que demonstram o desempenho duradouro e confiável a longo prazo.

Reforçamos que a equipe de planejamento da contratação, tomou o cuidado de identificar no mercado, materiais que atendiam as necessidades institucionais e laudos exigidos de praxe nos processos licitatórios para os objetos em questão.

Portanto, entendemos que não há dificuldade de qualquer empresa atender às condições plenas de fabricar e/ou apresentar os laudos solicitados para tais produtos, uma vez que uma empresa que é da área deve possuir a qualificação técnica necessária do seu produto comprovando suas qualidades, o solicitado não é nada direcionado para o processo em questão e sim para o produto, assim não tem o que se falar em onerosidade para obtenção de laudos para atender ao processo, haja vista que a empresa que fabrica já deve possuir em seu acervo de qualidade do produto.

A exigência de documentos que demonstram a qualidade do produto com as normas da ABNT, deve-se destacar que esta Administração adota, na íntegra, os argumentos trazidos pela Corte de Contas: Garantir um padrão de qualidade

e assegurar perfeito funcionamento do mobiliário, com comprovação de estabilidade, ergonomia, resistência e durabilidade dos itens a serem adquiridos.

Cabe à Administração exigir qualidade em seus fornecimentos, com vistas a evitar desperdício de dinheiro público. Essa exigência atende ao interesse público e não se mostra desmedida ou exagerada.

Por fim, salientamos que o Administrador, ao objetivar uma contratação, obriga-se como regra geral, a anterioridade da licitação, encontrando na Lei de Licitações, o amparo legal de forma vinculativa no que enquadrar ao objeto licitado, dessa forma, a autoridade competente, ao elaborar o instrumento convocatório, extrairá da norma licitatória, as disposições que regerão o edital, adequando e adaptando ao objeto licitado, tendo a lei deixado oportunidade para que a Administração Pública utilize-se do Poder Discricionário para composição de seu objeto, consoante os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

A definição do objeto a ser licitado constitui-se numa vontade discricionária do Administrador que identificará e escolherá as características que melhor atendam aos interesses e conveniência da Administração. É o juízo discricionário que determina as especificações do produto que pretende adquirir, de modo a extrair as melhores condições de sua utilização para adequar-se as suas realidades, sempre pautadas na razoabilidade e proporcionalidade dos meios aos fins, pois quando a lei confere ao agente público competência discricionária, significa que atribuiu ao agente o dever/poder de escolher a melhor conduta, dentre outras possíveis, para a satisfação do interesse público, sendo a busca deste interesse público que pautou as especificações contidas no termo de referência do certame em questão.

Documento Digitalizado Público

Resposta a Impugnação - Empresa BD Empresarial

Assunto: Resposta a Impugnação - Empresa BD Empresarial
Assinado por: Julio Camilo
Tipo do Documento: Documento Informativo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ Julio Cesar Carneiro Camilo, DIRETOR(A) DE DIRETORIA - CD0004 - DILIC, em 08/01/2024 15:06:04.

Este documento foi armazenado no SUAP em 08/01/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1663501
Código de Autenticação: 4553115797

